

# Taxa de pobreza de Lisboa está cada vez mais próxima da média nacional

O mais recente inquérito sobre as despesas familiares não traz grandes novidades face a 2005. Até porque não há dados sobre o rendimento mais actuais que 2009. Mas há aspectos novos

## Desigualdades sociais

João Ramos de Almeida

Lisboa pode ser a região mais rica do país, mas é igualmente a mais desigual. E, por incrível que pareça, a sua taxa de pobreza em 2009 aproximava-se já da média nacional, indiciando o “desenvolvimento de novas formas de pobreza muito associadas às grandes concentrações urbanas”.

Este é um dos aspectos mais relevantes que Carlos Farinha Rodrigues, economista e investigador do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) sobre as desigualdades sociais e pobreza, retira da versão mais actualizada do inquérito às Despesas das Famílias (Idef) relativo a 2010/11, ontem divulgado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

O Idef é o maior inquérito que se realiza junto das famílias. De cinco em cinco anos, é recolhida informação sobre a estrutura de despesas familiares e sobre os seus rendimentos. Tem uma amostra significativa de 16.815 agregados, que foi inquirida de Março de 2010 a Março de 2011. Durante uma quinzena foram seguidas as despesas de cada família, analisadas com um filtro de cerca de 14 mil produtos. Um cabaz considerável usado, nomeadamente, para actualizar os ponderadores dos produtos no Índice de Preços no Consumidor (que mede a inflação) e aprofundar os resultados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento.

Apesar disso, este inquérito tem algumas lacunas. Enquanto os padrões de despesas se referem a 2010/11, já os rendimentos questionados respeitam a 2009.

Por outras palavras, há um hiato considerável - de quase dois anos - que não permite aferir com actualidade o nível e a distribuição de rendimento, e, consequentemente, do nível da pobreza em Portugal. E, segundo Carlos Farinha Rodrigues, tem faltado vontade política para criar indicadores mais actualizados (ver entrevista ao lado).

Em parte por causa dessa desactualização, os principais indicadores deste inquérito não trazem grandes novidades face ao de 2005. Mas é possível retirar alguns aspectos sociais mais recentes.

Primeiro, há o agravamento da situação social na capital. “Lisboa é, aliás, a única região que apresenta um nível de desigualdade superior à média nacional”, sublinha o economista. Esse agravamento reflecte-se na subida do risco de pobreza, algo que não é uma tendência que venha do passado. “Pode ser um facto mais recente com o agravamento da precariedade na região de Lisboa”, continua. “Quando olhamos para os dados de 2009, Lisboa tem uma taxa de risco de pobreza de 14,2% comparável com uma taxa de pobreza de 15% com os rendimentos totais, mas esta distância costumava ser maior. E portanto há um factor que vejo com alguma preocupação.”

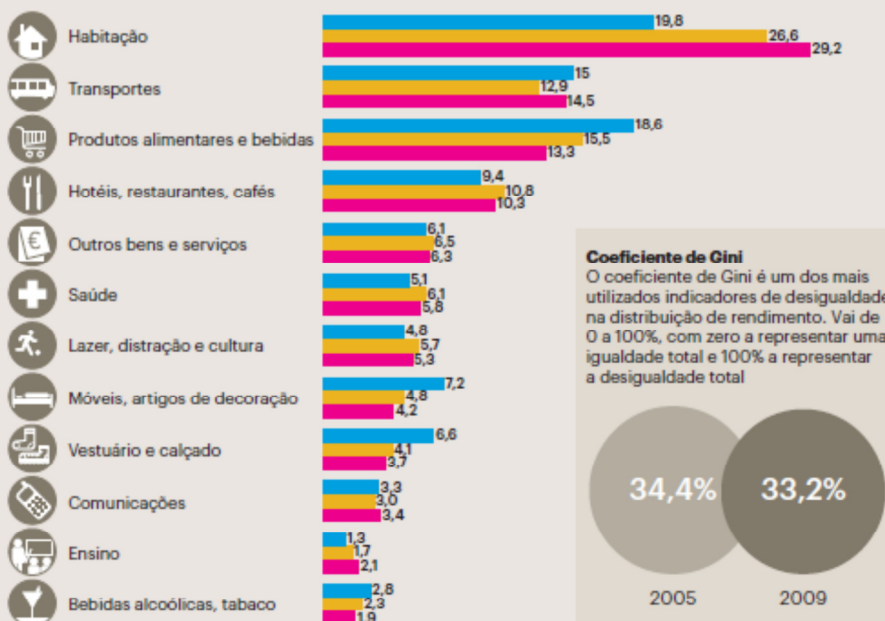
Depois, já a nível geral do país, “a maior incidência de pobreza ocorre nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira, no Alentejo e no Norte, com taxas de risco de pobreza superiores à média nacional”. Mas quando se compara com os dados de 2005, verifica-se que “todas as regiões, com excepção de Lisboa, registam uma diminuição do indicador de pobreza, acompanhando assim a evolução ocorrida em Portugal cuja taxa de risco de pobreza diminuiu de 16% para 14,8%”.

Outra novidade do Idef é ter informação sobre os rendimentos não monetários da população. E em Portugal não são despididos. Cerca de um quinto do rendimento total vem de autoconsumo, auto-abastecimento, etc. E essa componente do rendimento acaba por influenciar os níveis de pobreza.

Enquanto nos países do Norte da Europa, os rendimentos não monetários tendem a agravar as desigualdades - por estarem mais relacionados com *fringe benefits* -, nos países do Sul da Europa, “sobretudo nas zonas do interior, há muita gente que, apesar de ter um rendimento monetário muito baixo, tem a sua horta, os seus produtos,

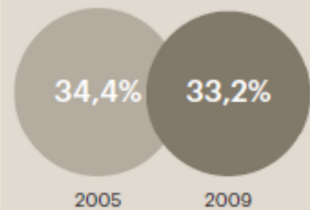
## Os rendimentos e as despesas das famílias portuguesas

### Estrutura da despesa total anual média

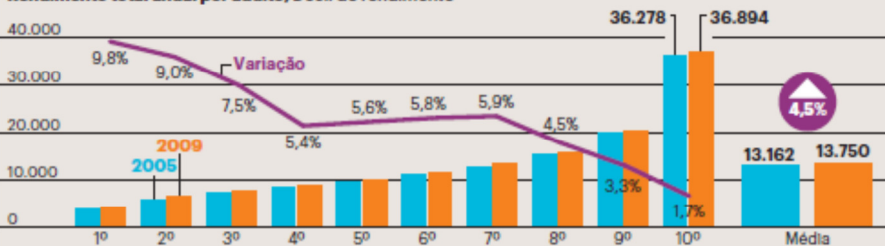


### Coefficiente de Gini

O coeficiente de Gini é um dos mais utilizados indicadores de desigualdade na distribuição de rendimento. Vai de 0 a 100%, com zero a representar uma igualdade total e 100% a representar a desigualdade total



### Rendimento total anual por adulto, Decil de rendimento



Fonte: Inquérito às Despesas das Famílias

## Despesa em alimentação mantém queda

As famílias portuguesas mantiveram nos últimos cinco anos, na forma como distribuem o seu orçamento, algumas tendências que vinham do passado. A mais significativa é a redução do peso das despesas efectuadas com alimentação, que no Inquérito realizado em 2000 representavam 19,7% do total da despesa e depois caíram em 2006 para 15,5% e para 13,3% em 2011. Carlos Farinha explica

que esta redução da despesa com bens alimentares está “geralmente está associada a indicadores de desenvolvimento” e “é dos aspectos mais estruturais que ocorreram em Portugal” na última década. Em sentido contrário estiveram as despesas com habitação e com transportes. Destaque ainda para a redução do peso dos gastos com tabaco e bebidas alcoólicas e para a subida no ensino e comunicações.

E isso permite-lhes ter um nível de vida que só com os rendimentos monetários não permitiria”, explica o economista.

Ao nível regional, o Idef mostra uma progressiva convergência das regiões em termos de rendimento médio. “Temos os Açores muito próximo ou acima da média nacional, o que é algo que já vai sendo identificado desde o inquérito de 1995. Olhando ao longo do tempo, verifica-se que houve alguma convergência dos valores do rendimento. Há 20-25 anos atrás, os Açores e Madeira tinham um produto equivalente muito abaixo da média nacional. Isso já não acontece.”

## Poder de compra está ao pior nível desde 2004

Ana Rita Faria

Se Portugal nunca esteve em boa posição no ranking europeu, a crise da dívida agravou ainda mais a situação. Em 2011, o produto interno bruto (PIB) *per capita* português em termos de paridade do poder de compra – que mede a riqueza por habitante e é por isso usado como um indicador das condições de vida – correspondia a 77% do nível da União Europeia (UE). É o valor mais baixo dos últimos sete anos, deixando Portugal com o terceiro pior poder de compra da zona euro.

Estes números correspondem a estimativas preliminares do Eurostat, que dão conta de grandes disparidades de rendimento entre os países, com o PIB *per capita* a variar entre os 45% da Bulgária e os 274% do Luxemburgo. O facto de este indicador ser medido em paridade do poder de compra elimina as diferenças de preço entre os países e fornece, portanto, uma indicação do poder de compra dos cidadãos.

Em 2011, na sequência das políticas de austeridade e do aumento do desemprego, o poder de compra dos portugueses foi o que mais caiu, logo depois do da Grécia, correspondendo agora a 77% do poder de compra europeu. Na zona euro, o PIB *per capita* nacional em paridade do poder de compra está 23% abaixo da média, o que coloca o país no terceiro pior lugar. Ao nível dos 27 países da UE, é o nono pior.

## “Não tem havido vontade política” para criar um conjunto de indicadores de alerta sobre a evolução da pobreza

Entrevista  
João Ramos de Almeida

Carlos Farinha Rodrigues, economista e investigador do ISEG sobre desigualdade e pobreza, comenta os resultados do inquérito

**Este ainda não é o inquérito sobre o impacto social da crise e dos efeitos da política de austeridade?**

Não. Este é um inquérito que permite ter informação de 2009 e, portanto, não é um inquérito sobre a crise e sobre as medidas de combate à crise em termos de distribuição de rendimento.

Esse é, aliás, um problema com que nos deparamos nos inquéritos oficiais sobre desigualdade e pobreza – têm um desfasamento temporal que impede o conhecimento actual da realidade. Mais importante que isso: impede que sejam utilizados como uma forma de corrigir a política social.

Há vários anos a esta parte, tenho defendido que era necessário haver um conjunto de indicadores de alerta que, conjugados com os inquéritos oficiais, permitissem antecipar os dados oficiais. Poder-se-ia recolher a informação dos bancos alimentares, das instituições particulares de solidariedade social, etc. Infelizmente, não tem havido vontade política de levar isto para a frente.

**Política ou orçamental?**  
Penso que não tem havido



interesse, de forma geral. Vários investigadores têm defendido isso; no entanto, nunca se fez nada para que isso fosse feito.

Há, contudo, um aspecto que gostava de realçar: o INE, pelo menos nos últimos anos, tem feito algum esforço para tentar antecipar os resultados. Por exemplo, estão a ser publicados os resultados do Inquérito às Condições de Vida [ICOR] com muitos meses de antecedência face à data oficial de publicação do Eurostat. Mas isso não é suficiente. Mesmo que se consiga fazer alguma redução adicional, vai haver sempre – pela própria natureza dos dados – um desfasamento de dois anos. Dá a necessidade de, com esses indicadores de alerta, colmatar este hiato temporal.

**Isso, sobretudo, no que toca ao**

**rendimento.**

Sobretudo, na parte do rendimento. A parte da despesa é mais estrutural e tem uma importância acrescida. Não só porque serve de base de cálculo dos ponderadores do Índice de Preços no Consumidor [que mede a inflação], como permite uma caracterização dos padrões de vida ou exclusão social, era necessária termos indicadores mais actualizados.

**Para apurar o “défice” familiar...**

Uma noção do défice dos recursos das famílias que é tão importante – ou mais – do que o défice das contas públicas.

**Os dados fiscais ajudariam?**

Em Portugal, temos tido quase a impossibilidade de utilização da informação da administração fiscal para caracterizar a distribuição de rendimento. As únicas informações que são possíveis de usar são os dados publicados, que são construídos numa lógica de recolha do IRS e não de estudar a distribuição dos rendimentos.

**Apesar disso, quais as principais conclusões deste inquérito?**

Diria que este inquérito tem três aspectos importantes no

que diz respeito à distribuição do rendimento. Primeiro, este inquérito permite validar os dados do ICOR. Segundo, permite conhecer os rendimentos não monetários das famílias, como o autoconsumo, auto-abastecimento, etc. Em Portugal, representam cerca de 20% do rendimento total das famílias. Um terceiro aspecto que este inquérito traz de novo é a avaliação do rendimento nas diferentes regiões.

E há um outro aspecto que este inquérito permite confirmar. Quando comparamos os dados de 2005 com 2009 e tentamos analisar o que aconteceu na distribuição do rendimento, os números são muito claros sobre o padrão de alguma redução das desigualdades em Portugal.

Se analisarmos por “decis de rendimento”, os maiores acréscimos são inversamente proporcionais aos rendimentos de partida. E confirma algo que temos vindo a dizer: nos rendimentos familiares em Portugal, os poucos ganhos que houve até 2009 foram essencialmente à custa da melhoria dos rendimentos dos indivíduos de menores rendimentos e isso não pode ser desligado das políticas sociais.

O que nos diz isso, fazendo a passagem para os nossos dias? Se, como resposta à crise, se enfraquece a política social, isto permite antever que, quase certamente, verificar-se-á uma reversão da menor desigualdade social em Portugal.